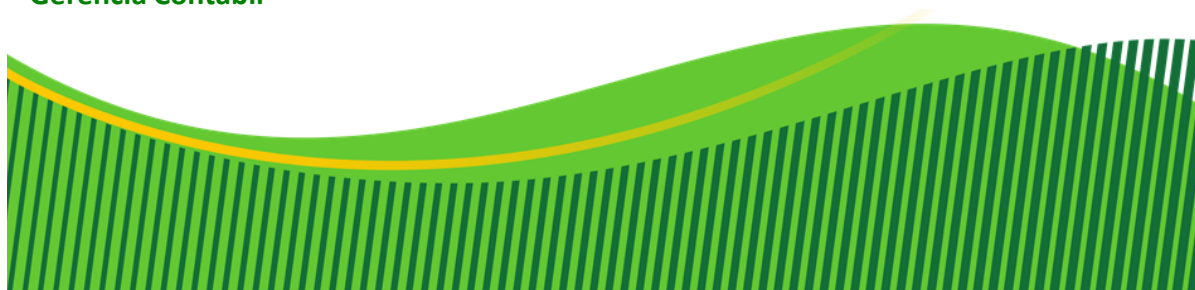


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	40.058	37.542	CIRCULANTE	15.762	14.594
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	141	297	DEPÓSITOS (NOTA 10)	11.594	9.946
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	29.572	29.636	Depósitos à Vista	9.058	7.160
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	154	Depósitos a Prazo	2.536	2.786
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	29.572	29.482	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	-	1.459
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	7.077	5.071	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	1.459
Operações de Crédito	7.353	5.308	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	33	52
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(276)	(237)	Recursos em Trânsito de Terceiros	33	52
OUTROS CRÉDITOS	2.945	2.222	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 11)	408	333
Rendas a Receber	64	56	Empréstimos País - Outras Instituições	408	333
Diversos (NOTA 05 e 06)	2.913	2.186	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.727	2.804
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 05)	(32)	(20)	Cobrança e Arrecadação de Tributos	8	7
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 07)	323	316	Sociais e Estatutárias	122	186
Outros Valores e Bens	318	316	Fiscais e Previdenciárias	68	64
Despesas Antecipadas	5	-	Diversas (NOTA 12)	3.529	2.547
NÃO CIRCULANTE	7.146	3.604	NÃO CIRCULANTE	24.190	20.331
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 05)	5.935	2.538	DEPÓSITOS (NOTA 10)	24.190	20.331
Operações de Crédito	6.231	2.787	Depósitos a Prazo	24.190	20.331
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(296)	(249)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 05 e 06)	1	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.252	6.221
Diversos	1	-	CAPITAL SOCIAL (NOTA 14)	3.860	3.152
INVESTIMENTOS (NOTA 08)	809	731	De Domiciliados no País	3.878	3.167
Outros Investimentos	809	731	(Capital a Realizar)	(18)	(15)
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09)	128	102	RESERVAS DE SOBRAS	3.095	2.617
Outras Imobilizações de Uso	601	536			
(Depreciação acumulada)	(473)	(434)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	297	452
INTANGÍVEL (NOTA 09)	273	233			
Outros Ativos Intangíveis	623	524			
(Amortização acumulada)	(350)	(291)			
TOTAL DO ATIVO	47.204	41.146	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.204	41.146

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Mediced PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.957	-	1.957	3.712	-	3.712	3.354	-	3.354
Operações de Crédito	1.957	-	1.957	3.712	-	3.712	3.354	-	3.354
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(762)	(4)	(766)	(1.619)	(7)	(1.626)	(1.861)	(8)	(1.869)
Operações de Captação no Mercado	(745)	(4)	(749)	(1.410)	(7)	(1.417)	(1.890)	(5)	(1.895)
Operações de Empréstimos e Repasses	(13)	-	(13)	(25)	-	(25)	(29)	(3)	(32)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4)	-	(4)	(184)	-	(184)	58	-	58
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.195	(4)	1.191	2.093	(7)	2.086	1.493	(8)	1.485
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(841)	216	(625)	(1.583)	351	(1.232)	(582)	222	(360)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	56	558	614	100	984	1.084	83	723	806
Rendas de Tarifas Bancárias	171	-	171	310	-	310	258	-	258
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(1.138)	(150)	(1.288)	(2.081)	(271)	(2.352)	(1.725)	(209)	(1.934)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 17)	(612)	(121)	(733)	(1.189)	(228)	(1.417)	(1.170)	(172)	(1.342)
Dispêndios e Despesas Tributárias	-	(31)	(31)	1	(52)	(51)	(1)	(46)	(47)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 18)	1.054	19	1.073	2.019	27	2.046	2.873	14	2.887
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 19)	(372)	(59)	(431)	(743)	(109)	(852)	(900)	(88)	(988)
RESULTADO OPERACIONAL	354	212	566	510	344	854	911	214	1.125
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	-	-	-	-	22	9	31
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	354	212	566	510	344	854	933	223	1.156
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	1	1	-	(40)	(40)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	1	1	-	(18)	(18)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(22)	(22)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	354	213	567	510	304	814	933	223	1.156
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	304	(304)	-	223	(223)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	354	213	567	814	-	814	1.156	-	1.156
DESTINAÇÕES	-	-	-	(517)	-	(517)	(704)	-	(704)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(219)	-	(219)	(252)	-	(252)
Fates - Estatutário	-	-	-	(30)	-	(30)	(45)	-	(45)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(268)	-	(268)	(407)	-	(407)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	297	-	297	452	-	452

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana -
Sicredi Mediced PR**

CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	2.625	2.079	262	4.966
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	131	-	(131)	-
Destinações para reservas	-	131	(131)	-
Capital de associados				
Aumento de capital	299	-	-	299
Baixas de capital	(151)	-	-	(151)
Resultado do período	-	-	1.156	1.156
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(45)	(45)
Reserva Legal - Estatutária	-	407	(407)	-
Juros sobre o Capital Próprio	248	-	(252)	(4)
Saldos no fim do período em 31/12/2017	3.152	2.617	452	6.221
Mutações do Período	527	538	190	1.255
Saldos no início do período em 01/01/2018	3.152	2.617	452	6.221
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	208	-	(208)	-
Destinações para reservas	-	210	(210)	-
Outras destinações	-	-	(34)	(34)
Capital de associados				
Aumento de capital	365	-	-	365
Baixas de capital	(83)	-	-	(83)
Resultado do período	-	-	814	814
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(30)	(30)
Reserva Legal - Estatutária	-	268	(268)	-
Juros sobre o Capital Próprio	218	-	(219)	(1)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	3.860	3.095	297	7.252
Mutações do Período	708	478	(155)	1.031
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	3.458	2.827	247	6.532
Capital de associados				
Aumento de capital	188	-	-	188
Baixas de capital	(4)	-	-	(4)
Resultado do período	-	-	567	567
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(30)	(30)
Reserva Legal - Estatutária	-	268	(268)	-
Juros sobre o Capital Próprio	218	-	(219)	(1)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	3.860	3.095	297	7.252
Mutações do Período	402	268	50	720

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana -
Sicredi Medcred PR
CNPJ/MF nº 02.924.977/0001-20

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	536	974	927
Resultado do semestre/exercício	567	814	1.156
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	(31)	160	(229)
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(60)	85	(94)
Provisão para desvalorização de outros créditos	7	13	7
Depreciação do imobilizado de uso	19	39	35
Amortização do intangível	30	60	65
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	7	(8)	(204)
Destinações ao FATES	(30)	(30)	(45)
Dividendos SicrediPar	(4)	1	7
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	1.468	(1.044)	4.158
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	84	154	(154)
(Aumento) em operações de crédito	(2.165)	(5.490)	(84)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(104)	(1.459)	1.459
(Aumento) Redução em outros créditos	(471)	(734)	177
(Aumento) Redução em outros valores e bens	9	(7)	1
Aumento em depósitos	3.117	5.507	2.400
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	7	(19)	34
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	13	74	(1)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(48)	(77)	(26)
Aumento em outras obrigações	1.026	1.007	352
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.004	(70)	5.085
Aquisição de Investimentos	-	(78)	(7)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(21)	(65)	(64)
Aplicações no Intangível	(35)	(100)	(53)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(56)	(243)	(124)
Integralização de capital	188	365	299
Baixa de capital	(4)	(83)	(151)
Juros ao capital próprio	(1)	(1)	(4)
Distribuição de Sobras	-	(34)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	183	247	144
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2.131	(66)	5.105
Caixa e equivalente de caixa no início do período	27.582	29.779	24.674
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	29.713	29.713	29.779

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento dos Profissionais Médicos e da Saúde de Curitiba e Região Metropolitana - Sicredi Medicred PR ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 27/07/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 18 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

d) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

f) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

i) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

j) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

l) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

m) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSL, limitados a 30% do lucro tributável.

n) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	141	297
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	29.572	29.482
Total	29.713	29.779

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	6.647	5.538	12.185	7.076
Financiamentos	706	693	1.399	1.019
Carteira total	7.353	6.231	13.584	8.095

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Títulos e créditos a receber (i)	2.088	1	2.089	1.325
Total	2.088	1	2.089	1.325

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível A	0,50	5.151	5.073	26	25
Nível B	1,00	5.991	2.365	60	24
Nível C	3,00	3.436	595	102	18
Nível D	10,00	461	818	46	82
Nível E	30,00	205	121	62	36
Nível F	50,00	139	122	70	61
Nível G	70,00	172	219	120	153
Nível H	100,00	118	107	118	107
Total		15.673	9.420	604	506

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	61	3.968	4.063	5.560	13.652	8.633
Comércio	-	26	108	10	144	22
Outros Serviços	2	664	549	662	1.877	765
Total	63	4.658	4.720	6.232	15.673	9.420

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	2.232	14,24	1.392	14,78
50 devedores seguintes	5.665	36,14	3.291	34,94
100 devedores seguintes	4.490	28,65	2.894	30,72
Demais	3.286	20,97	1.843	19,56
Total	15.673	100	9.420	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	506	593
Constituição de provisão	184	(58)
Movimentação de baixados para prejuízo	(86)	(29)
Saldo final	604	506

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 122 (2017 - R\$ 268), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	11	7
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	22	84
Devedores por depósitos em garantia	666	683
Impostos e contribuições a compensar	35	32
Títulos e créditos a receber	2.088	1.325
Devedores por convênios	1	-
Operações com cartões	45	26
Pendências a regularizar	23	-
Outros	22	29
Total Circulante	2.913	2.186
Títulos e créditos a receber	1	-
Total não circulante	1	-

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 07 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	318	316
Imóveis	316	316
Máquinas e equipamentos	2	-
Despesas antecipadas	5	-
Total Circulante	323	316

NOTA 08 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	554	476
Sicredi Participações S.A.	254	254
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	809	731

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	82.110 ON	82.110 ON	1	1	554.342	476.261
	171.343 PN	171.343 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,03%	0,03%	0,62%	0,61%	0,24%	0,25%
Capital social	880.597	874.847	164	164	227.306	191.882
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	228.806	193.372
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	254	254	1	1	554	476

NOTA 09 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	601	(473)	128	102
Imobilizações em curso	-	7	-	7	7
Instalações	10%	119	(119)	-	-
Móveis e equipamentos de uso	10%	184	(141)	43	30
Sistema de comunicação	10%	48	(25)	23	10
Sistema de processamento de dados	20%	212	(160)	52	53
Sistema de segurança	10%	31	(28)	3	2
Intangível (i)		623	(350)	273	233
Investimentos Confederação		623	(350)	273	233
Total		1.224	(823)	401	335

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 10 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	9.058	-	-	9.058
Depósitos a prazo	933	1.603	24.190	26.726
Total	9.991	1.603	24.190	35.784

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	408	333
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	408	333
Total circulante	408	333

NOTA 12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Provisão para pagamentos a efetuar	643	475
Provisão para passivos contingentes (Nota 13)	712	720
Pendências a regularizar	4	2
Operações com cartões	2.074	1.260
Demais fornecedores	60	31
Credores diversos	36	59
Total circulante	3.529	2.547

NOTA 13 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	95	2	(24)	73
Cível	51	1	-	52
Tributária	574	13	-	587
Total	720	16	(24)	712

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	73	95
Cível	Provável	52	51
Tributária	Provável	587	574
Total		712	720

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 13 (2017 - R\$ 14).

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	3.860	3.152
Total de associados	1.534	1.309

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 708 (2017 – R\$ 527), sendo R\$ 426 (2017 – R\$ 379) via integralização de resultados e R\$ 365 (2017 – R\$ 299), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 83 (2017 – R\$ 151).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,37% em Conta Capital, no montante de R\$ 219, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	854	1.156
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(359)	(486)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	-
Provisão resgate de milhas cartão	10	4
Provisão PPR	(9)	10
Receita com atos cooperativos	214	392
Juros sobre capital próprio	92	106
Outros	11	(26)
Subtotal	319	486
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(40)	-

NOTA 16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	29.572	29.482
Outros Créditos - Rendas a receber	47	38
Outros Créditos - Diversos (Nota 06)	42	107
Investimentos (Nota 08)	809	731
Intangível (Nota 09)	273	233
Passivo		
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	408	333
Outras Obrigações - Diversas (Nota 12)	2.056	1.242
Receitas		
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	157	137
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 18)	1.774	2.511
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	25	32
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 17)	79	70
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 19)	598	544

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	59	0,65%	22
Depósitos a prazo	85	0,32%	270
Operações de crédito	195	1,44%	110

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	690	520

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	17	19
Despesa de aluguéis	179	178
Despesa de comunicação	128	114
Despesa de manutenção e conservação	86	72
Despesa de material	23	22
Despesa processamento dados	33	18
Despesa de promoções e relações públicas	155	121
Despesa de propaganda e publicidade	3	2
Despesa de seguro	62	55
Despesa de serviços do sistema financeiro	114	110
Despesa de serviços de terceiros	16	15
Despesa de serviços de vigilância e segurança	152	195
Despesa de serviços de técnicos especializados	125	112
Despesa de serviços de transportes	49	47
Despesa de viagem	21	25
Despesa de depreciação	39	35
Outras despesas administrativas	215	202
Total	1.417	1.342

NOTA 18 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	35	48
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	1.744	2.475
Reversão de provisões operacionais	111	312
Outras rendas operacionais	156	52
Total	2.046	2.887

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	13	53
Contribuições Cooperativistas	16	13
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	44	43
Contribuição Confederação Sicredi	338	291
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	185	132
Encargos da administração financeira	12	14
Repasse administradora de Cartões	17	28
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	60	65
Outras provisões operacionais	66	82
Outras despesas operacionais	101	267
Total	852	988

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós\ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 21 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	6.979	6.078
Nível I (NI)	6.979	6.078
Capital principal - CP	6.979	6.078
Capital social	3.860	3.152
Reservas de capital	3.095	2.617
Lucros acumulados	297	452
Ajustes Prudenciais	(273)	(143)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	27.685	21.210
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	110	27
Margem de Capital (i)	3.963	3.823
Índice de Basileia (PR / RWA)	25,21%	28,66%
Situação de Imobilização (Imob)	129	192
Índice de Imobilização (Imob / PR)	1,85%	3,17%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Rodrigo Furtado Andrade
Presidente
CPF: 713.833.529-68

Roberto Bastos da Serra Freire
Vice-Presidente
CPF: 533.398.867-68

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20